



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5869 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 10 - Ensino Fundamental

Formação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): reflexões sobre a etapa do Ensino Fundamental

Deise Andreia Enzweiler - UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Caroline dos Reis Soares - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES - CNPq

FORMAÇÃO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): REFLEXÕES SOBRE A ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Na obra *Redes ou Paredes*, Sibilía (2012) pontua que a escola, como uma tecnologia de época, está passando por um período de mudanças. Em especial, ao considerar as influências sociais e subjetivas da cultura digital no espaço escolar. A autora aponta um quadro no qual a escola, apesar de suas funções típicas, necessitaria se reinventar frente às novas e variadas demandas do século XXI. A análise que propomos, ancorada nas reflexões inicialmente apontadas, centra-se no conceito de formação. Compreendemos que, dentre os diversos conceitos centrais para repensar a escola, como ensino, aprendizagem e currículo, por exemplo, a formação também se tornou uma palavra à qual têm sido atribuídos múltiplos sentidos. Noguera-Ramírez e Marín-Díaz (2018), ao analisarem historicamente a constituição do campo da Pedagogia, definindo-a como *campo discursivo*, pontuam que seus principais objetos de estudo são a educação, o ensino e a formação. Partindo das delimitações conceituais indicadas pelos autores, infere-se que as definições acerca da formação presentes na BNCC mostram-se esmaecidas de sentidos pedagógicos.

Consideramos que as discussões acerca dos rumos da escola no século XXI apontam muitas possibilidades analíticas e teóricas com as quais podemos nos enredar. Assim sendo, evidenciamos tendências recentes que defendem pressupostos clássicos da escola e uma crítica radical às práticas pedagógicas contemporâneas. Por outro lado, identificamos ênfases que descartam ou acusam a escola de ser um espaço obsoleto e desconectado do tempo presente. Tais vertentes sugerem uma radicalização das mudanças no espaço escolar a partir de variadas inovações tecnológicas, metodológicas e pedagógicas. E, junto a esses, também identificamos ênfases que sinalizam a necessidade de conjugar alguns pressupostos clássicos com aspectos contemporâneos da educação, como a cultura digital, os efeitos da massificação escolar e as próprias demandas sociais e subjetivas das crianças e jovens no século XXI.

Para identificar como tais propostas têm sido articuladas nas políticas educacionais e nas reformulações curriculares atuais, optamos pela análise da BNCC (BRASIL, 2018). Dessa forma, considerando o contexto investigativo apontado anteriormente, temos como objetivo analisar o conceito de formação nas proposições curriculares da BNCC (BRASIL, 2018), com foco na etapa do Ensino Fundamental.

Dalbosco (2010a) salienta que, historicamente, a filosofia ocidental debruçou-se sobre o problema da formação de si mesmo, sem encontrar uma resposta definitiva. Apesar de não termos por objetivo aprofundar diferentes perspectivas ou compreensões históricas acerca do que nos mobiliza nesse exercício analítico — a *formação* — tal reflexão nos auxilia a compreender que os conceitos estão sempre conectados com as materialidades do seu respectivo tempo histórico. Nesse sentido, interessa-nos analisar o conceito de formação na mais recente proposta de reformulação curricular no Brasil, a BNCC (BRASIL, 2018). Entendemos, articuladas a Alves (2019), que cada época se define de acordo com as suas possibilidades, valores e ideias. Assim, em relação à definição de formação, compreende-se que “nossa própria época, associada à globalização, à inovação tecnológica e ao cosmopolitismo, autodefine-se como uma sociedade do conhecimento ou como uma sociedade da informação, na qual a educação teria a tarefa de realizar o desenvolvimento integral da pessoa humana” (ALVES, 2019, p. 2).

Valendo-nos dos estudos desenvolvidos pelos autores supracitados, e outros, destacamos que não temos como objetivo explorar ou comparar diferentes compreensões históricas e conceituais acerca da formação. Entretanto, destacaremos alguns pontos a partir de estudos já realizados, evidenciando que a *formação humana integral/global*, conforme concebida na BNCC (BRASIL, 2018), mais do que distanciada de valores clássicos e modernos da formação, como aqueles apontados nos estudos de Dalbosco (2010a) e Alves (2019), por exemplo, mostra-se fortemente vinculada às demandas atuais em educação: inovação, criatividade, cultura digital, aprendizagem, inventividade, dentre outras características requeridas no tipo de formação almejada.

Também cabe ressaltar que as reflexões sobre aspectos clássicos de distintas perspectivas teóricas acerca da formação encontram-se materialmente distantes da realidade prática da escola básica brasileira. Apesar de nos propormos a fazer uma análise documental com enfoque no conceito de formação nas proposições curriculares da BNCC, cabe destacar a nossa ciência de aspectos próprios da história da educação no Brasil. Dentre essas especificidades, poderíamos destacar, conforme aponta Algebaile (2009), que a escola pública brasileira sempre colocou as suas respectivas funções educativas em um espaço secundário, pois, mais do que educar ou ensinar, a *escola pública à brasileira*, como refere autora, faz um tipo de *gestão da pobreza*. Dessa forma, as conseqüentes funções formativas da escola pública ficariam em segundo plano, pois a escola básica ocuparia uma posição de posto avançado do Estado, atendendo demandas de saúde, assistência social e miséria.

Ao tomar essa análise histórica da constituição da escola básica brasileira, evidencia-se que seu caráter formativo nunca esteve à frente do projeto que a consolidou. Diferentemente de países integrantes de um tipo de capitalismo avançado, onde majoritariamente a escola cumpria e/ou cumpre sua tarefa educacional, no Brasil, ela historicamente se consolidou, após seu amplo processo de massificação na década de 1990, como o *Estado dos pobres*, fortemente vinculada à gestão de condições de pobreza e miserabilidade. Assim, ainda que esse não se configure como nosso objetivo analítico, evidenciamos tais aspectos, pois temos clareza que o impacto prático de tais definições na realidade educacional do Brasil é mínima, tanto pela sua universalização tardia, quanto pela sua tradição de não tomar a função formativa como a principal tarefa escolar.

A escolha pela análise da BNCC partiu, primeiramente, da centralidade normativa que ela desempenha atualmente nas reformulações curriculares em âmbito nacional e, conseqüentemente, nas práticas pedagógicas dos docentes da Educação Básica. Tomando como definição os apontamentos de Veiga-Neto (2004, p. 166), entendemos que o “currículo e mundo social e da cultura guardam íntimas e mútuas relações de interdependência, tendo a escola (obrigatória e universal) como, digamos, mediadora”. Assim sendo, a ênfase da BNCC em formar cidadãos competentes para a sociedade contemporânea, é um dos aspectos que nos direciona analiticamente para o conceito de formação. Optamos em analisar o Ensino Fundamental por ser a etapa, dentre as três da Educação Básica, que tem a maior abrangência temporal (nove anos).

Nosso primeiro movimento metodológico foi buscar pelo termo *formação* na Base Nacional Comum Curricular na sessão dedicada ao Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica e suas respectivas áreas. A partir dessa primeira busca, percebemos que a formação é adjetivada de múltiplas formas. Optamos em filtrar nossas buscas apenas à formação direcionada aos alunos, excluindo os direcionamentos à formação docente e/ou continuada, pois não se trata de nosso foco analítico. Dessa forma, encontramos um conjunto de adjetivações que apontam para como o conceito de formação aparece na BNCC.

Após o mapeamento do documento, construímos dois agrupamentos para a definição de nossa análise, utilizando-nos do critério da recorrência. A justificativa para a construção de tais grupos se deu a partir da recorrência com que apareciam as adjetivações. Dentre as adjetivações menos recorrentes, destacamos: *básica comum*, para o trabalho, pessoal, para a atuação em atividades do dia a dia, estética, sensível e ética, do leitor fruidor, leitor literário. A adjetivação *básica comum* diz respeito à formalização de conteúdo, competências e habilidades para cada ano e etapa escolar em âmbito nacional. As demais adjetivações citadas acima estão localizadas na área de Linguagens, tanto nas competências quanto nas habilidades. A ênfase dessas adjetivações aponta para a continuação dos estudos, para a pesquisa e para o mercado de trabalho. Além disso, estão relacionadas à leitura, interpretação e produção de textos, literários e não literários.

Dentre as adjetivações mais recorrentes, destacamos a *formação das novas gerações*, a *formação para autonomia* e, principalmente, a *formação humana integral/global*. Nas questões relativas à *formação das novas gerações*, destaca-se o protagonismo da cultura digital, bem como as novas formas de interação e atuação social que estão nela inscritas. Assim, implica o uso das tecnologias de uma forma reflexiva, democrática e consciente, não apenas o uso com um fim em si mesmo. Pontua-se que tal recorrência evidencia-se na área de Linguagens e Ciências Humanas. Já a *formação para autonomia* destaca-se no contexto dos anos finais do Ensino Fundamental. Refere-se à necessidade do estudante organizar seus estudos com a demanda de mais disciplinas e uma exigência maior, assim como mais aprofundamento nos conteúdos, tornando-se cada vez mais protagonistas de seus estudos. Da mesma forma, destaca-se a autonomia na área de Ciências Humanas, interligada à *formação ética* e à *formação das novas gerações*, com vistas à formação de sujeitos responsáveis por suas práticas, respeitando a si mesmos, aos outros e ao ambiente em que vivem.

Partindo das adjetivações acima referidas, a mais recorrente no recorte estabelecido no documento é a *formação humana integral/global*, evidenciando sua centralidade conceitual no documento. Presente em diferentes partes, a *formação humana integral/global* define que a formação do indivíduo ocorra durante toda a vida, tendo foco a constituição de uma sociedade justa e igualitária. Após o mapeamento do recorte proposto, concluímos que a *formação humana integral/global* é o conceito central e abarca as demais adjetivações, uma vez que todas apontam para a formação de sujeitos conscientes, aptos para o mercado de trabalho e capazes de viver democraticamente. Através dessa sistematização inicial,

propomos a análise da formação na BNCC tomando a principal definição que a sustenta: a *formação humana integral/global*. Com isso, não ignoramos a interlocução com as demais adjetivações destacadas, porém optamos em centralizar a discussão proposta na definição mais recorrente.

Partindo das delimitações conceituais e metodológicas estabelecidas nesse exercício analítico, infere-se que as definições acerca da formação presentes na BNCC mostram-se esmaecidas de sentidos pedagógicos. A análise dessa materialidade nos possibilitou inúmeras reflexões, que certamente não seriam possíveis de serem exploradas aqui. Entretanto, frente à problemática posta, destaca-se que nossas reflexões direcionam-se a duas dimensões acerca do conceito de formação na BNCC: a primeira remete à centralidade pedagógica das competências, e a segunda ao esmaecimento pedagógico da formação, uma vez que o documento a coloca como um resultado de processos de aprendizagem e desenvolvimento, porém não como possibilidades frente à condução e ao ensino.

Dalbosco (2019), ao destacar o avanço mundial do neoconservadorismo, indica um caminho que talvez sinalize o desaparecimento progressivo das humanidades, colocando em risco a democracia. Considerando tal contexto, “põe-se a necessidade de resgatar a aliança iluminista estreita entre teoria da democracia e teoria educacional” (DALBOSCO, 2019, p. 1). Na mesma grade analítica, junto à reflexão acerca da filosofia política e as questões educacionais, o autor também salienta o crescente processo de mercantilização da educação na lógica do neoliberalismo contemporâneo. Segundo Dalbosco (2019, p. 7), “a educação formal, submetendo-se ao modelo do gerenciamento empresarial, distancia-se, em todas as suas dimensões, desde a pré-escola até o nível superior, cada vez mais das humanidades, curvando-se irrestritamente ao princípio da lucratividade”. Na perspectiva desse contexto, torna-se urgente pensar e refletir quais as novas demandas formativas previstas nas reformulações curriculares brasileiras e, dentre elas, a BNCC.

A mercantilização da educação, conforme nos aponta Dalbosco (2019), mostra-se atrelada às enunciações que propõem a formação pelo desenvolvimento de competências, conforme nos apontam os excertos destacados no referido documento. Na mesma perspectiva, Laval (2004, p. 57) afirma que “definida como uma característica individual, a categoria de competência participa da estratégia de individualização, perseguida pelas novas políticas de gestão de recursos humanos”. Assim, “o novo modelo escolar e educativo que tende a se impor está fundamentado, inicialmente, na sujeição mais direta da escola à razão econômica” (LAVAL, 2004, p. 3). Dessa forma, percebe-se que um dos direcionamentos formativos centrais da BNCC inclina-se à razão econômica hegemônica. Dentre os efeitos possíveis de tal perspectiva, evidencia-se que, pautando a *formação humana integral/global* pelo desenvolvimento de competências, embasada por objetivos prioritariamente de ordem econômica, a BNCC também salienta tal desenvolvimento por razões como cidadania ativa, responsabilidade, integração social e plenitude pessoal, por exemplo.

Considerando os objetivos da formação por competências na BNCC, percebemos que elas pautam-se em uma perspectiva na qual a aprendizagem mostra-se muito mais voltada a uma atividade individual, do que necessariamente como resultado possível a partir de processos de condução (no caso escolar, de condução pedagógica). Para Laval (2004, p. 51), trata-se de um novo paradigma, no qual se “quer responsabilizar os cidadãos por seu dever de aprender”. Portanto, a formação definida a partir do desenvolvimento por competências está atrelada a um processo de autorresponsabilização do sujeito, no qual ele torna-se diretamente responsável pelo aprimoramento de suas competências. Da mesma forma, ao definirem-se tais parâmetros para a formação, cabe ressaltar que a aprendizagem, destacada como um processo que se dá ao longo da vida, individualizado, segue a mesma lógica argumentativa. Por tais motivos, como apontamos inicialmente, a BNCC indica um tipo formação com sentidos

pedagógicos esmaecidos, uma vez que a aprendizagem, possível a partir do desenvolvimento de múltiplas competências, trata-se de um processo que pouco requer a condução pedagógica: mostram-se muito mais articulados à capacidade dos indivíduos conduzirem e modificarem a si próprios, constante e ininterruptamente.

Nesse sentido, propondo um contraponto histórico acerca da formação, Dalbosco (2010b), ao retomar o conceito clássico de formação geral *humboldtiana* (*Bildung*), evidencia que a ideia contida em sua proposição é marcada por um duplo processo: um “interior, caracterizado como força vital efetiva, em que se radicam nossas capacidades (incluindo nelas competências e habilidades), e outro exterior, designado pelo conceito de mundo, responsável direto por provocar o desenvolvimento da força vital” (DALBOSCO, 2010b, p. 169). Apesar de não nos propormos a aprofundar a reflexão acerca de noções clássicas de formação, tal indicação nos possibilita tensionar as proposições formativas da BNCC, pelas ligações com a mercantilização da educação e, principalmente, pelo processo de responsabilização individual e seus possíveis efeitos no campo educacional, considerando-se a falta de apontamentos quanto à condução da formação nesse documento.

Como um contraponto a essas condições, destacamos a área de Linguagens e suas tecnologias. Disciplinas como Artes, Educação Física, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira - Inglês e Literatura podem promover uma formação cultural, estética, sensível, ética, para o trabalho, entre outras, que propiciam aos alunos outras possibilidades, mais amplas. Essa área, portanto, destaca-se entre as demais pelos aspectos globais que apresenta, conforme indica o excerto que segue: “Do ponto de vista histórico, social e político, propicia a eles o entendimento dos costumes e dos valores constituintes das culturas, manifestados em seus processos e produtos artísticos, o que contribui para sua formação integral.” (BRASIL, 2018, p. 197). Assim, apesar de nossas análises apontarem questões de fragilidade pedagógica nas proposições formativas da BNCC, destacamos que algumas áreas, mesmo que previstas e contempladas nas proposições do documento e na sua lógica formativa, podem indicar movimentos que possibilitem outra formação humana. De forma que, essa formação não aponta apenas para o trabalho, mas para a ampliação de repertórios culturais, modos de vida estética e eticamente mais comprometidos com um mundo democrático e justo, tal qual previsto na BNCC.

Palavras-chave: Formação. Aprendizagem. BNCC.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola Pública e Pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

ALVES, Alexandre. A Tradição Alemã do Cultivo de Si (*Bildung*) e sua Significação Histórica. In: **Revista Educação & Realidade**. V. 44, N. 2, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 8 abr. 2018.

DALBOSCO, Claudio A. Formação linguística do Self e ação pedagógica. In: DALBOSCO, Claudio A. **Pragmatismo, teoria crítica e educação**. Campinas: SP, Autores Associados, 2010a.

_____. Universidade, formação e indústria educacional. In: DALBOSCO, Claudio A.

Pragmatismo, teoria crítica e educação. Campinas: SP, Autores Associados, 2010b.

_____. **Ideia de educação pública e cultivo das capacidades humanas.** Palestra conferida em Encontro de estudos do NUPEFE. Universidade de Passo Fundo. Texto Digitado. 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos; MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. La pedagogia considerada como campo discursivo. In: **Revista Pedagogía y Saberes**, n. 50, 2018. P. 29-49. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/view/7853>. Acesso: 14 abr. 2020.

SIBILIA, Paula. **Rede ou Paredes:** a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo, Cultura e Sociedade. In: **Revista Educação Unisinos**. V. 8, n. 15, 2004, P. 157-171. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6496>. Acesso: 12 mar. 2020.